

REAPROPRIAÇÕES: A LIÇÃO DO MULÁ OMAR

Nossa reação preliminar é a de que o impacto destruidor dos ataques de 11 de setembro só pode ser explicado contra o pano de fundo da fronteira que hoje separa o Primeiro Mundo digitalizado do “deserto do Real” que é o Terceiro. É a consciência de que vivemos num universo artificial isolado que gera a noção de que algum agente ominoso nos ameaça permanentemente com a destruição total. Nessa perspectiva paranóica, os terroristas foram transformados num agente abstrato irracional – abstrato no sentido hegeliano de estar isolado da rede socioideológica concreta que lhes deu existência. Toda explicação que evoque as circunstâncias sociais é desprezada como uma justificação disfarçada do terror, e toda entidade particular é lembrada apenas de forma negativa: os terroristas traíram o verdadeiro espírito do Islã, não expressam os interesses e esperanças das miseráveis massas árabes... Nos dias que se seguiram ao 11 de Setembro, a mídia relatou que não apenas as traduções inglesas do Corão, mas também os livros sobre o Islã e a cultura árabe em geral se tornaram *bestsellers* instantâneos: as pessoas queriam entender o que é o Islã, e pode-se afirmar com segurança que a vasta maioria dos que queriam entender o Islã não eram racistas antiárabes, mas sim pessoas ansiosas para dar ao Islã uma oportunidade, desenvolver um sentimento por ele, senti-lo por dentro e redimi-lo – tinham o desejo de se convencer de que o

Islã é uma grande força espiritual que não pode ser culpada pelos crimes de terroristas. Por mais simpática que seja essa atitude (e o que poderia ser eticamente mais admirável que, no meio de uma confrontação violenta, tentar se colocar na mente do outro, e dessa forma relativizar o próprio ponto de vista?), ela não deixa de ser um gesto de mistificação ideológica *par excellence*: tentar entender as diferentes tradições culturais é precisamente o que *não* se deve fazer para entender a dinâmica política que levou aos ataques de 11 de setembro. Não é evidente que o fato de os líderes ocidentais, de Bush a Netanyahu e Sharon, repetirem como um mantra que o Islã é uma grande religião, que não tem nada a ver com os crimes horríveis cometidos em seu nome, é um sinal claro de que alguma coisa nessa afirmação está errada? Quando, em outubro de 2001, o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, cometeu o famoso lapso e, para consternação dos liberais do Ocidente, afirmou que os direitos humanos e a liberdade surgiram da tradição cristã, que é claramente superior à do Islã, sua atitude foi de certa forma mais sincera que o odiosamente condescendente respeito liberal dos outros líderes pela profundidade espiritual do Outro.

Comentários recentes sobre o “Fim da Idade da Ironia” encheram a mídia, insistindo na noção de que chegou ao fim a era do deslize desconstrutivista pós-moderno do sentido: agora, precisamos mais uma vez do compromisso firme e sem ambigüidade. Infelizmente, o próprio Jürgen Habermas (no discurso de aceitação do Prêmio dos Editores Alemães de 2001) se uniu a esse coro, enfatizando que o tempo do relativismo pós-moderno já havia passado. (Os acontecimentos de 11 de setembro indicam a absoluta impotência da ética habermasiana – quem ousaria afirmar que existe uma distorção de comunicação entre os maometanos e os liberais ocidentais?) Dentro da mesma tendência, comentaristas de direita, como George

Will, também se apressaram a proclamar o fim das “férias americanas da história” – o impacto da realidade demolindo a torre isolada da atitude liberal de tolerância e o foco dos Estudos Culturais na textualidade. E agora somos forçados a contra-atacar, a enfrentar os inimigos reais no mundo real... Mas a *quem* devemos atacar? Qualquer que seja ela, a resposta nunca será correta, nunca será completamente satisfatória. O ridículo do ataque americano contra o Afeganistão é um exemplo: se a maior potência do mundo bombardeia um dos países mais pobres, onde os camponeses mal conseguem sobreviver em montanhas estéreis, não estamos diante de um exemplo definitivo de *acting out* impotente? O Afeganistão, por outro lado, é o alvo ideal: um país já reduzido a ruínas, sem infra-estrutura, repetidamente destruído pela guerra ao longo das duas últimas décadas... Não podemos deixar de pensar que a escolha do Afeganistão também foi determinada por considerações econômicas: não é melhor manifestar a própria raiva contra um país para o qual ninguém dá importância e onde não há mais nada a destruir? Infelizmente, a escolha do Afeganistão traz à memória a história do louco que procura uma chave perto do poste de luz; quando lhe perguntam por que procurar ali, se ele tinha perdido a chave num canto escuro, ele responde: “Mas é mais fácil procurar onde está claro!”. Não é a ironia definitiva o fato de, já antes do bombardeio americano, Kabul já estar igual ao sul de Manhattan depois do 11 de Setembro? A “guerra contra o terrorismo” funciona então como um ato cujo verdadeiro objetivo é nos acalmar, na falsamente segura convicção de que nada mudou realmente.

Já é um lugar-comum do jornalismo dizer-se que está surgindo uma nova forma de guerra: a guerra de alta tecnologia em que o bombardeio de precisão e outros quejandos vence a guerra sem nenhuma intervenção direta das forças de terra (se for necessária, esta tarefa pode ser deixada para os “aliados locais”). As antigas

idéias de combate frente-a-frente, coragem e outras semelhantes, vão se tornando obsoletas. Devemos notar a homologia estrutural entre essa nova guerra a distância, em que o “soldado” (um especialista em computadores) aperta alguns botões a centenas de quilômetros de distância, e as decisões administrativas que afetam milhões (especialistas do FMI que ditam condições para que um país do Terceiro Mundo possa pleitear um financiamento; os regulamentos da OMC; as diretorias de grandes corporações que decidem sobre a necessidade de “reestruturação”): nos dois casos, a abstração está inscrita numa situação muito “real” – decisões que afetam milhares, e que às vezes provocam terrível confusão e destruição –, mas a ligação entre essas decisões “estruturais” e a dolorosa realidade de milhões foi quebrada; os “especialistas” que tomam essas decisões não são capazes de imaginar as conseqüências, pois medem os efeitos de suas decisões em termos abstratos (um país pode ser “financeiramente sadio”, apesar da fome de milhões).

E o “terrorismo” de hoje não passa do contraponto a essa guerra. A verdadeira ameaça de longo prazo são outros atos de terrorismo de massa, comparados aos quais a lembrança do WTC será pálida – atos menos espetaculares, mas muito mais horripilantes. O que dizer da guerra bacteriológica, do uso de gases letais, o que dizer da perspectiva de um terrorismo de DNA (o desenvolvimento de venenos que afetem apenas as pessoas que possuem um dado genoma)? Ao contrário de Marx, que acreditava na noção de fetiche como um objeto real cuja presença estável ofusca sua mediação social, seremos forçados a afirmar que o fetichismo atinge seu apogeu precisamente quando o fetiche em si é “desmaterializado”, transformado numa fluida entidade virtual “imaterial”; o fetichismo do dinheiro há de culminar com sua passagem à forma eletrônica, quando desaparecerem os últimos vestígios de sua materialidade – somente nesse estágio ele será capaz de assumir a forma de uma presença

espectral indestrutível. E o mesmo não é válido com relação à guerra? Longe de apontar para a guerra do século XXI, a explosão e colapso das torres gêmeas do WTC em setembro de 2001 foram, pelo contrário, o último grito espetacular da guerra do século XX. O que nos espera é algo muito mais estranho: o espectro de uma guerra “imaterial”, em que o ataque é invisível – vírus, venenos que podem estar em qualquer lugar ou em lugar nenhum. No plano da realidade material visível, nada acontece, nenhuma grande explosão; ainda assim o universo conhecido começa a desmoronar, a vida a se desintegrar.

Estamos entrando numa nova era de guerra paranóica em que a principal tarefa será identificar o inimigo e suas armas. Nessa nova guerra, os agentes vão cada vez menos assumir publicamente os seus atos: não somente os próprios “terroristas” terão menos interesse em assumir a responsabilidade por seus atos (nem mesmo a notória Al-Qaeda assumiu explicitamente os ataques de 11 de setembro, para não mencionar o mistério com relação às cartas com antraz); as medidas “antiterroristas” do Estado também são ocultas por um manto de segredo – e tudo isso forma o caldo de cultura ideal para teorias conspiratórias e paranóia social generalizada.

E não é a obversão dessa onipresença paranóica da guerra invisível exatamente a sua dessubstancialização? Assim como bebemos cerveja sem álcool ou café sem cafeína, temos agora a guerra esvaziada de sua substância – uma guerra virtual lutada diante de telas de computadores, uma guerra que para seus participantes não passa de um videogame, uma guerra sem baixas (pelo menos no nosso lado). Com o pânico gerado pelo antraz em outubro de 2001, o Ocidente teve o primeiro gosto dessa nova guerra “invisível” em que – um aspecto que se deve ter sempre em mente – nós, cidadãos comuns, ficamos totalmente dependentes das autoridades para saber o que está ocorrendo: nada vemos nem ouvimos; tudo o que sabemos nos

chega da mídia oficial. Uma superpotência bombardeia um deserto desolado e, ao mesmo tempo, é refém de uma bactéria invisível – é essa, não a explosão do WTC, a primeira imagem da guerra do século XXI. Em vez de um rápido *acting out*, deveremos enfrentar algumas perguntas difíceis: qual será o significado de “guerra” no século XXI? Quem serão “eles”, se eles não são claramente nem Estados nem gangues criminosas? Aqui, não resisto à tentação de lembrar a oposição freudiana entre o direito público e seu supereu obsceno: da mesma forma, não seriam as “organizações terroristas internacionais” o lado obsceno de uma grande empresa multinacional – a máquina rizomática definitiva, onipresente, mas sem base territorial definida? Não são elas a forma em que os “fundamentalismos” nacionalistas e/ou religiosos se acomodaram ao capitalismo global? Não corporificam a contradição última, com seu conteúdo particular ou exclusivo e funcionamento dinâmico global?

Um caso emblemático é o filme sérvio (pós-iugoslavo) *Bela aldeia, belas chamadas* (Srdjan Dragojević, 1996), que de alguma forma prenuncia a mudança na figura do Inimigo.¹ A história ocorre durante o primeiro inverno da guerra da Bósnia, quando um grupo de soldados do exército sérvio é emboscado por soldados bósnios num túnel ferroviário abandonado; entre um e outro combate, os soldados dentro e fora do túnel se provocam pela troca de insultos nacionalistas. A principal característica da narrativa, entretanto, é que esse impasse entre os dois lados envolvidos no conflito, que dura mais de dez dias, é apresentado inteiramente na perspectiva dos que estão dentro do túnel, os soldados sérvios; até o *dénouement* final, o “lado maometano” é apresentado apenas como um conjunto do que

¹ Baseio-me aqui na notável tese de doutorado de Pavle Levi, “Desintegration in Frames” (New York University, 2002).

Michel Chion chamou de “vozes acusmáticas”; insultos vulgares, gritos meio animais que não se podem (ainda) atribuir a indivíduos visualmente identificados, e que assim adquirem uma poderosa dimensão espectral.² O artifício narrativo assim mobilizado é emprestado de muitos filmes de horror, ou de *westerns*, em que um grupo de personagens simpáticos está cercado por um Inimigo invisível que é apenas ouvido ou visto de relance como sombras e manchas (desde o subestimado *western* dirigido por Jacques Tourneur, *Tambores apaches*, até *Assalto à 13ª DP*, de John Carpenter).³

Esse artifício formal nos compele, a nós espectadores, a nos identificarmos com o grupo sérvio sitiado, e o fato de os soldados sérvios serem oferecidos como o ponto de identificação do espectador é confirmado por mais uma estranha característica: apesar de, no início do filme, vemos aldeias muçulmanas destruídas por soldados sérvios, esses soldados não são os mesmos que mais tarde serão cercados no túnel; estes passam milagrosamente por aldeias incendiadas – não ocorrem chacinas, ninguém morre... Essa divisão fetichista (apesar de sabermos muito bem que esses soldados devem ter cumprido sua quota de matança de civis muçulmanos, isso não nos é mostrado, de

² Ver Michel Chion, *The Voice in Cinema*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2000.

³ A referência implícita aos *westerns* é ainda mais complexa, pois o filme *inverte* a percepção comum dos bósnios como os moradores da cidade sitiada e dos sérvios como os atacantes que cercam e matam de inanição uma grande cidade (Sarajevo, por exemplo): mas aqui os sérvios são os sitiados, e os bósnios os atacantes sitiadores. (E também, por falar nisso, foi Peter Handke quem, para defender os sérvios, se referiu a esse clichê, dando a ele um toque politicamente correto: como sabemos hoje que os índios (americanos nativos) eram os mocinhos que defendiam a própria terra dos colonizadores europeus, não deveríamos adotar a mesma conclusão com relação aos sérvios, que neste caso estavam no papel dos americanos nativos?)

forma que podemos continuar na crença de que suas mãos não estão cheias de sangue) cria as condições para a identificação simpática com eles. Ao contrário dos muçulmanos – uma Entidade espectral não identificada de insultos, ameaças e gritos selvagens –, os sérvios são plenamente individualizados, caracterizados basicamente como um “bando de anti-heróis loucos mas simpáticos”. E, como observa com perspicácia Pavle Levi, a dimensão subversiva potencial desse artifício (se o Inimigo é puramente acusmático, e portanto espectral, por que não poderia ser apenas uma projeção paranóica dos próprios sérvios, o resultado de sua imaginação ideológica?) é solapada pela “desacusmatização” realizada no final, quando Halil, o principal soldado muçulmano, é apresentado como o amigo de infância de Milan, o principal personagem sérvio.

Esses exemplos não são ilustrativos da notória tese do “choque de civilizações”? Existe, evidentemente, uma verdade parcial nessa noção – basta observar a surpresa do americano médio: “Como é possível que essas pessoas demonstrem e pratiquem tamanho desprezo pela própria vida?”. Não seria o obverso dessa surpresa o triste fato de nós, nos países do Primeiro Mundo, acharmos cada vez mais difícil até mesmo imaginar uma Causa pública ou universal pela qual estivéssemos prontos a sacrificar a vida? Quando, depois dos bombardeios, o ministro de Relações Exteriores do Talibã afirmou ser capaz de “sentir a dor” das crianças americanas, não estava ele dessa forma confirmando o papel ideológico hegemônico da frase cunhada por Bill Clinton? Parece que a divisão entre o Primeiro Mundo e o Terceiro está mais na oposição entre viver uma vida longa e satisfatória cheia de riqueza material e cultural e viver uma vida dedicada a uma Causa transcendente.

Duas referências filosóficas se apresentam imediatamente a propósito do antagonismo ideológico entre o modo de vida consumista do Ocidente e o radicalismo muçulmano: Hegel e

Nietzsche. Não seria esse antagonismo o que existe entre o niilismo “passivo” e o “ativo” de Nietzsche? Nós, no Ocidente, somos os Últimos Homens de Nietzsche, imersos na estupidez dos prazeres diários, ao passo que os radicais muçulmanos engajados na luta estão prontos a arriscar tudo, até a autodestruição (não se pode deixar de notar o papel da bolsa de valores nos ataques: a prova definitiva de seu impacto traumático foi o fato de a Bolsa de Nova Iorque ter ficado fechada por quatro dias, e de sua reabertura, na segunda-feira seguinte, ter sido apresentada como o sinal de que as coisas começavam a voltar ao normal). Ademais, quando se examina essa oposição através das lentes da luta hegeliana entre o Mestre e o Servo, não se pode evitar um paradoxo: embora nós, ocidentais, sejamos percebidos como senhores exploradores, somos nós que ocupamos a posição do Servo que, por se prender à vida e seus prazeres, é incapaz de arriscar a vida (basta lembrar a noção de Colin Powell de uma guerra de alta tecnologia em que não há perdas humanas), ao passo que os radicais muçulmanos são os Senhores prontos a se arriscar a morrer... Essa noção de “choque de civilizações”, entretanto, deve ser rejeitada de pronto: o que vemos hoje são, pelo contrário, choques *no interior* de cada civilização. Ademais, um exame perfunctório da história comparada do Islã e do cristianismo nos informa que o “histórico dos direitos humanos” (para usar um termo anacrônico) do Islã é muito melhor do que o do cristianismo: em séculos passados, o Islã sempre foi significativamente mais tolerante com as outras religiões do que o cristianismo. Esta é também a hora de recordar que foi por meio dos árabes que, na Idade Média, a Europa Ocidental recuperou o acesso ao legado da Grécia Antiga. Embora não desculpem de forma alguma os atos de horror de hoje, esses fatos ainda assim demonstram que estamos tratando não com uma característica inscrita no Islã em si, mas como resultado das condições sociopolíticas modernas.

Se o examinarmos com mais detalhe, de que trata o “choque de civilizações”? Não é verdade que todos os “choques” do mundo real estão relacionados ao capitalismo global? O alvo dos “fundamentalistas” muçulmanos não se resume ao impacto corrosivo do capitalismo global na vida social, mas também aos corruptos regimes “tradicionalistas” da Arábia Saudita, Kuwait, e outros. As chacinas mais horripilantes (as de Ruanda, Congo e Serra Leoa) não somente aconteceram – e continuam a acontecer – como decorrência dos choques no interior da mesma “civilização”, mas se relacionam claramente com o jogo de interesses econômicos globais. Mesmo nos poucos casos que poderiam se ajustar vagamente à definição de “choque de civilizações” (Bósnia e Kosovo, o sul do Sudão, etc.), a sombra de outros interesses é facilmente discernível. Uma dose adequada de “reducionismo econômico” faria mais sentido nesse caso: em vez das infundadas análises de como o “fundamentalismo” islâmico é intolerante com relação às nossas sociedades liberais, e outros tópicos relativos ao “choque-de-civilizações”, deveríamos voltar a focalizar o cenário econômico do conflito – o choque de interesses *econômicos* e dos interesses geopolíticos dos próprios Estados Unidos (como manter ligações privilegiadas com Israel e com os regimes árabes conservadores como os da Arábia Saudita e do Kuwait).

Sob a oposição entre sociedades “liberais” e “fundamentalistas”, “McWorld *versus* Jihad”, oculta-se um embaraçoso terceiro termo: países como a Arábia Saudita e Kuwait, monarquias profundamente conservadoras, mas aliados econômicos dos americanos, completamente integrados ao capitalismo ocidental. Nesse caso, os Estados Unidos têm um interesse muito preciso e simples: para poder contar com as reservas de petróleo desses países, estes devem continuar sendo não democráticos (a noção subjacente é evidentemente a de que qualquer despertar democrático poderia dar ensejo a atitudes antiamericanas).

É uma velha história, cujo infame primeiro capítulo, depois da Segunda Guerra Mundial, foi o *coup d'état* orquestrado pela CIA contra o governo democraticamente eleito do primeiro-ministro Muhammad Hidayat, em 1953 – ali não havia “fundamentalismo”, nem mesmo uma “ameaça soviética”, apenas um despertar democrático, baseado na idéia de que o país deveria assumir o controle de suas reservas de petróleo e quebrar o monopólio das companhias ocidentais. Durante a Guerra do Golfo, em 1990, descobriu-se até onde os Estados Unidos estão dispostos a chegar a fim de manter esse pacto, quando soldados judeus americanos aquartelados na Arábia Saudita tiveram de ser transportados por helicóptero até os porta-aviões no Golfo para orar, pois os ritos não-maometanos são proibidos em solo saudita.

A posição “pervertida” dos verdadeiros “fundamentalistas” dos regimes árabes conservadores é a chave das charadas (geralmente cômicas) da política americana no Oriente Médio: eles representam o ponto em que os EUA são forçados a reconhecer explicitamente a primazia da economia sobre a democracia – ou seja, o caráter secundário e manipulativo das intervenções internacionais legitimadoras – quando afirmam proteger a democracia e os direitos humanos. O que não se pode deixar de ter em mente acerca do Afeganistão é que, até a década de 1970 – ou seja, antes da época em que o país se envolveu na luta das superpotências –, ele era uma das sociedades maometanas mais tolerantes, com uma tradição secular: Kabul era conhecida como uma cidade de vibrante vida cultural e política. O paradoxo, portanto, é que a ascensão do Talibã, essa aparente “regressão” ao ultrafundamentalismo, longe de expressar uma profunda tendência “tradicionalista”, foi o resultado de o país ter caído no vórtice da política internacional – foi não somente uma reação a ela, mas também resultado direto do apoio das potências estrangeiras (Paquistão, Arábia Saudita e os próprios EUA).

Quanto ao “choque de civilizações”, é bom lembrar a carta de uma menina americana de sete anos cujo pai era piloto na guerra do Afeganistão: ela escreveu que – embora amasse muito seu pai, estava pronta a deixá-lo morrer, a sacrificá-lo por seu país. Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação “normal” de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples, e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Talibã – não é necessário pensar muito sobre qual teria sido a nossa reação: mórbido fundamentalismo islâmico que não rejeita nem mesmo a cruel manipulação e exploração das crianças... Toda característica atribuída ao Outro já está presente no coração mesmo dos EUA. Fanatismo assassino? Existem hoje nos EUA mais de dois milhões de “fundamentalistas” populistas de direita que também praticam seu próprio tipo de terror, legitimado pelo (seu modo de entender o) cristianismo. Como os EUA, de certa forma, os “protegem”, seria esperável que o Exército americano punisse os próprios americanos depois da bomba em Oklahoma? E o que dizer da forma como Jerry Falwell e Pat Robertson reagiram aos acontecimentos de 11 de setembro, vendo neles um sinal de que Deus retirava dos EUA a sua proteção por causa das vidas pecaminosas dos americanos, lançando a culpa no materialismo hedonista, no liberalismo e na sexualidade desvairada, e afirmando que a América havia recebido o que merecia? O fato de a condenação da América “liberal” feita pelo Outro Maometano ser a mesma que se originou no coração da *Amérique profonde* deve nos fazer pensar. No dia 19 de outubro, George W. Bush foi forçado a reconhecer que os prováveis autores dos ataques com antraz não eram terroristas maometanos, mas fundamentalistas cristãos da extrema direita americana – mais uma vez, o fato de atos antes atribuídos a um inimigo externo poderem na verdade ser

perpetrados dentro da própria *Amérique profonde* não nos ofereceriam uma confirmação inesperada da tese de que o verdadeiro choque é o choque no interior de cada civilização?⁴

Ora, nos meses que se seguiram aos ataques, era como se estivéssemos vivendo num tempo único entre um acontecimento traumático e seu impacto simbólico, tal como naqueles breves momentos depois de sofrermos um corte profundo, em que ainda não sentimos a dor. Ainda não sabemos como os eventos serão simbolizados, qual será a sua eficácia simbólica, que atos serão justificados por sua evocação. À parte outros efeitos, sentimos claramente as limitações de nossa democracia: tomam-se decisões que afetam o destino de todos nós, e todos nós apenas esperamos, cientes de nossa completa impotência. Nos dias seguintes ao 11 de Setembro, os americanos redescobriram *en masse* o orgulho americano, exibindo bandeiras e cantando em coro em público, mas devo enfatizar, agora mais que nunca, que não há nada de “inocente” nessa redescoberta da inocência americana, nesse abandono do sentimento da culpa ou ironia histórica que evitou que muitos americanos assumissem integralmente sua identidade nacional. A significância desse gesto vinha de ele assumir “objetivamente” o peso de tudo o que no passado representava ser “americano” –

⁴ De acordo com alguns advogados conservadores americanos, um ato executado por convicção religiosa não pode por definição ser considerado insano, pois a religião representa a mais alta dimensão espiritual da humanidade. Como, então, deveríamos classificar os palestinos que executam atentados suicidas? Seria autêntica a sua crença religiosa? Ou não? Se não, pode o mesmo rótulo de insanidade ser aplicado aos terroristas cristãos americanos? É este o velho tópico do Iluminismo que trata da frágil fronteira entre religião e loucura, ou “superstição” religiosa e a religião “racional” pura.

um caso exemplar de interpelação ideológica, de completa assunção do próprio mandato simbólico, que entra em cena depois da perplexidade causada por algum trauma histórico. No rescaldo traumático do 11 de Setembro, quando a velha segurança pareceu momentaneamente estilhaçada, o que poderia ser mais “natural” que se refugiar na inocência de uma firme identificação ideológica?⁵ Mas são exatamente esses momentos de inocência transparente, de “volta ao básico”, em que o gesto de identificação parece “natural”, que são, do ponto de vista da crítica da ideologia, os mais obscuros, sendo até, de certa forma, a própria obscuridade.

Vamos recordar outro desses momentos de inocência transparente, o infinitamente reproduzido vídeo da Avenida da Paz Celestial em Pequim, no ponto culminante dos “incidentes” de 1989, em que um jovem carregando uma lata, sozinho diante de um gigantesco tanque em movimento, corajosamente procura evitar seu avanço, de forma que, quando o tanque tenta contorná-lo pela direita ou esquerda, o homem se move para o lado, ficando outra vez à sua frente: “A representação é tão poderosa que demole todos os outros entendimentos. Essa cena de rua, esse dia e esse acontecimento passaram a constituir o centro de todas as viagens ocidentais ao interior da vida cultural e política contemporânea da China”.⁶

Mais uma vez, para nosso olhar ocidental, esse momento de claridade transparente (as coisas são apresentadas na mais extrema nudez: um homem sozinho contra a força bruta do Estado) é sustentado por uma teia de implicações ideológicas que

⁵ Baseio-me aqui na minha elaboração crítica da noção de interpelação de Althusser no capítulo 3 de *Metastases of Enjoyment*, Londres e Nova Iorque, Verso, 1995.

⁶ Michael Dutton, *Streetlife China*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 17.

corporificam uma série de oposições: indivíduo *versus* Estado; resistência pacífica *versus* violência do Estado; homem *versus* máquina; força interior do indivíduo *versus* impotência da máquina poderosa... Estas implicações, contra cujo cenário a imagem exerce todo seu impacto direto, essas “mediações” que sustentam o impacto imediato da imagem, não estão presentes para um observador chinês, pois esta série de oposições é inerente ao legado ideológico europeu. E o mesmo cenário ideológico também sobredetermina a nossa percepção das imagens pavorosas de pequenos indivíduos que saltam da torre do WTC para a morte certa.

Então, o que dizer da frase que reverbera por toda parte: “Nada será como antes, depois do 11 de Setembro”? Significativamente, essa frase nunca é elaborada – é apenas um gesto vazio de dizer uma coisa “profunda” sem realmente saber o que se quer dizer. Assim, nossa primeira reação a ela deveria ser: “É mesmo? E se nada epocal aconteceu no dia 11 de setembro? E se – como parece demonstrar a exibição maciça de patriotismo americano – a experiência dramática do 11 de Setembro serviu apenas como um artifício para a ideologia hegemônica americana ‘retornar ao básico’, reafirmar suas coordenadas ideológicas básicas contra a tentação antiglobalista e outras tentações críticas?” Talvez eu devesse qualificar essa afirmação introduzindo a temporalidade do *futur antérieur*: em 11 de setembro os EUA tiveram a oportunidade de entender a espécie de mundo de que eles fazem parte. Poderiam ter aproveitado a oportunidade – mas não o fizeram; pelo contrário, optaram por reafirmar seus compromissos ideológicos tradicionais: abaixo os sentimentos de responsabilidade e culpa com relação à miséria do Terceiro Mundo, agora *nós* somos as vítimas! Assim, quando Timothy Garton Ash afirma pateticamente com relação ao Tribunal de Haia: “Nenhum Führer, nem Duce, nem Pinochet, nem Idi Amin, nem Pol Pot poderão mais se proteger da intervenção da justiça do povo

atrás dos portões dos palácios da soberania”,⁷ é bom notar quem está *ausente* dessa série de nomes que, à parte os nomes consagrados de Hitler e Mussolini, contém três ditadores do Terceiro Mundo: onde está pelo menos um nome dos Sete Grandes – alguém como Kissinger, por exemplo?

Consideremos o colapso de um regime político – digamos, o colapso dos regimes comunistas da Europa Oriental em 1990: em dado momento, as pessoas repentinamente se deram conta de que o jogo havia terminado, e que os comunistas tinham perdido. O rompimento foi puramente simbólico; nada mudou “na realidade” – ainda assim, a partir daquele momento, o lapso final do regime passou a ser uma questão de dias... E se algo semelhante ocorreu no dia 11 de setembro? Talvez a grande vítima do colapso do WTC vá ser uma figura do grande Outro, a Esfera americana. Durante o discurso secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do Partido Soviético, em que ele denunciou os crimes de Stalin, vários delegados sofreram colapsos nervosos e tiveram de ser retirados para receber assistência médica; um deles, Boleslaw Bierut, o secretário-geral linha-dura do Partido Comunista Polonês, morreu de um ataque cardíaco poucos dias depois. (E o escritor stalinista-modelo, Alexander Fadeyev matou-se com um tiro pouco após.) Não se trata do fato de serem eles “comunistas honestos” – eram, em sua maioria, brutais manipuladores sem nenhuma ilusão subjetiva sobre a natureza do regime soviético. O que se rompeu foi sua ilusão “objetiva”, a figura do “grande Outro” contra cujo pano de fundo eles exerciam sua busca inexorável de poder: o Outro para o qual eles transpunham suas crenças, o Outro que, de certa forma, acreditava em nome deles, seu sujeito encarregado das crenças, desintegrou-se. E não foi uma

⁷ Timothy Garton Ash, “Solobo and Carla”, *Suddeutsche Zeitung*, 14 de março de 2002, p. 15.

coisa análoga a que aconteceu após o 11 de Setembro? Não seria o 11 de Setembro o XX Congresso do Sonho Americano?

O 11 de Setembro já está sendo apropriado pelas causas ideológicas: desde as alegações nos meios de comunicação de massa de que a antiglobalização acabou, até a noção de que o choque dos ataques ao WTC revelou o caráter insubstancial dos Estudos Culturais pós-modernos, sua falta de contato com a “vida real”. Apesar de a segunda noção ser (parcialmente) correta pelas razões erradas, a primeira é completamente falsa. A verdade é que o caráter relativamente fútil dos tópicos críticos padrão dos Estudos Culturais foi assim revelado: qual o valor de uma expressão politicamente incorreta com possíveis nuances racistas, comparada à torturante morte de milhares de pessoas? É esse o dilema dos Estudos Culturais: serão capazes de insistir nos mesmos tópicos, admitindo francamente que sua luta contra a opressão é uma luta dentro do universo do capitalismo do Primeiro Mundo – o que significa que, no conflito mais amplo entre o Primeiro Mundo Ocidental e a ameaça externa a ele, é necessário reafirmar a fidelidade à estrutura básica do liberalismo americano? Ou se arriscarão a radicalizar sua posição crítica; serão capazes de problematizar essa estrutura propriamente dita? Quanto ao fim da antiglobalização, as obscuras insinuações surgidas logo depois de 11 de setembro de que os ataques poderiam ter sido obra de terroristas antiglobalização não passam de grosseira manipulação: o único meio de conceber o que ocorreu no dia 11 de setembro é localizá-lo no contexto dos antagonismos do capitalismo global.

Não sabemos ainda quais serão as conseqüências desse acontecimento para a economia, a ideologia, a política e a guerra, mas uma coisa é certa: os EUA, que até hoje achavam que eram uma ilha protegida desse tipo de violência, vendo-a apenas da distância segura da tela do televisor, estão agora diretamente envolvidos. Assim, a alternativa é: decidirão os EUA fortificar

ainda mais a sua “esfera”, ou se arriscarão a sair dela? Ou persistem – e até reforçam – a atitude profundamente imoral de perguntar: “Por que isso teve de acontecer conosco? Esse tipo de coisa não acontece *aqui!*”, levando a mais agressividade contra o ameaçador Exterior – em suma: um paranóico *acting out*. Ou os EUA finalmente se arriscam a ultrapassar a tela fantasmática que os separa do Mundo Exterior, e aceitam sua chegada no mundo real, fazendo um movimento já muito retardado: o de, em vez de dizer que “esse tipo de coisa não deveria acontecer *aqui!*”, passar a dizer que “esse tipo de coisa não deveria acontecer em *lugar nenhum!*”. É esta a verdadeira lição dos ataques: a única forma de assegurar que isso não vai acontecer aqui é evitar que aconteça em qualquer lugar. Resumindo, a América deve aprender humildemente a aceitar sua própria vulnerabilidade enquanto parte deste mundo, impondo a punição aos responsáveis como um dever triste, não como uma excitante retaliação – mas o que está acontecendo é a reafirmação do papel excepcional dos EUA como a polícia do mundo, como se a causa do ressentimento contra os EUA não fosse o excesso, e sim a falta, de poder.

Os ataques ao WTC nos impõem a necessidade de resistir à tentação de uma dupla chantagem. Se nos limitarmos a simplesmente condená-los incondicionalmente, estaremos dando a impressão clara de que endossamos a espalhafatosamente ideológica posição da inocência americana sob o ataque do Mal que vem do Terceiro Mundo; se chamarmos a atenção para as causas sociopolíticas mais profundas do extremismo árabe, poderá parecer que nos limitamos a lançar a culpa sobre as vítimas, que afinal receberam apenas o que mereciam... A única solução possível é rejeitar exatamente essa oposição e adotar simultaneamente as duas posições, o que somente poderá ser feito se nos valermos da categoria dialética da totalidade: não existe escolha entre as duas posições; cada uma é tendenciosa e falsa. Longe de oferecer um caso em relação ao qual podemos adotar

uma clara posição ética, encontramos aqui o limite da razão moral: do ponto de vista moral, as vítimas são inocentes, o ato um crime abominável, mas essa inocência não é em si inocente – adotar essa posição de “inocente” no universo do capitalismo global é em si uma falsa abstração. O mesmo é válido com relação ao choque mais ideológico de interpretações: pode-se alegar que o ataque ao WTC foi um ataque contra tudo por que vale a pena lutar nas liberdades democráticas – o decadente modo de vida ocidental condenado pelos maometanos e por outros fundamentalistas é o universo dos direitos da mulher e da tolerância multicultural;⁸ mas poderíamos alegar também que foi um ataque contra o próprio centro e símbolo do capitalismo financeiro global. Esta alegação, evidentemente, não permite a idéia de culpa compartilhada (os terroristas são culpados, mas os americanos também têm parte da culpa...) – a questão é, pelo contrário, que os dois lados não são realmente opostos, eles pertencem ao mesmo campo. Resumindo, a posição a ser adotada é aceitar a necessidade de lutar contra o terrorismo, mas redefinir e expandir os termos, de forma a incluir também (alguns) atos dos americanos e de outras potências ocidentais: a opção entre Bush e Bin Laden não é a nossa escolha; os dois são “Eles” contra Nós. O fato de o capitalismo global ser uma totalidade significa que ele é uma unidade dialética de si mesmo e de seu outro, das forças que resistem a ele por razões ideológicas “fundamentalistas”.

Conseqüentemente, as duas principais histórias que surgiram depois do 11 de Setembro são ambas piores, como Stalin

⁸ Sob esse ponto de vista, é bom recordar a resposta do ministro do Exterior talibã à pergunta dos jornalistas ocidentais: por que as mulheres do Afeganistão não têm um papel mais importante (ou, melhor, *qualquer* papel) nos negócios públicos? “Como confiar numa pessoa que, por si só, sangra dois dias todos os meses?”

colocaria. A narrativa patriótica americana – a inocência sitiada, o surto de orgulho patriótico – é evidentemente vã; entretanto, seria a narrativa da esquerda (com a *Schadenfreude*: os EUA receberam o que mereciam, o que já vinham fazendo há décadas com os outros) realmente melhor? A reação predominante na esquerda europeia – e também na americana – foi nada menos que escandalosa: todas as asneiras imagináveis foram escritas e ditas, até a posição “feminista” de que as torres do WTC eram dois símbolos fálicos esperando ser destruídos (“castrados”). Não foi mesquinha e infeliz a lembrança da matemática do holocausto (o que são 3 mil mortos contra milhões em Ruanda, Congo, etc.)? E o que dizer do fato de a CIA ter colaborado na criação do Talibã e de Osama Bin Laden, financiando-os e ajudando-os a lutar contra os russos no Afeganistão? Por que esse fato foi citado como argumento contra o ataque a eles? Não seria mais lógico afirmar que o dever dos EUA era precisamente o de nos livrar do monstro que haviam criado? No momento em que pensamos em termos de “É verdade, a queda do WTC foi uma tragédia, mas não podemos nos solidarizar inteiramente com as vítimas, pois isso significaria apoiar também o imperialismo americano”, já estamos diante da catástrofe ética: a única atitude aceitável é a solidariedade incondicional com *todas* as vítimas. A atitude ética correta é aqui substituída pela matemática moralizadora da culpa e do horror, que perde de vista um ponto importante: a morte terrível de todo indivíduo é absoluta e incomparável. Em resumo, vamos conduzir um experimento mental: se você percebe em si mesmo qualquer relutância em simpatizar com as vítimas da destruição do WTC, se sente necessidade de qualificar sua simpatia com a consideração de que “É verdade, mas e os milhões que sofrem na África...”, você não está manifestando simpatia pelo Terceiro Mundo, mas apenas a *mauvaise foi* que atesta sua atitude paternalista e racista em relação às vítimas do Terceiro

Mundo. (Mais precisamente, o problema com tais afirmações comparativas é serem elas tanto necessárias como inadmissíveis: é *preciso* fazer ambas as afirmações, é preciso dizer que coisas muito mais horríveis acontecem diariamente em todo o mundo – mas é necessário fazê-lo sem se envolver na obscena matemática da culpa).

Um dos juízos correntes da esquerda é mais bem exemplificado pela imagem na capa do catálogo da editora Verso da primavera de 2002: George Bush com a barba de sacerdote maometano – o liberalismo capitalista global que se opõe ao fundamentalismo maometano é ele próprio um modo de fundamentalismo, de forma que, na atual “guerra contra o terrorismo”, estamos na verdade diante de um choque de fundamentalismos. Apesar de sua eficiência retórica, essa doxa esconde o paradoxo contrário, muito mais perturbador: os fundamentalistas maometanos não são verdadeiramente fundamentalistas, já são “modernistas”, um produto e um fenômeno do capitalismo global moderno – representam a forma como o mundo árabe luta para se ajustar ao capitalismo global. Devemos portanto rejeitar também a sapiência liberal padrão segundo a qual o Islã ainda precisa realizar a revolução protestante que o abriria para a modernidade: essa revolução protestante já foi realizada há dois séculos na forma do movimento Wahhabi que surgiu no que é hoje a Arábia Saudita. Seu princípio básico, o exercício do *ijtihad* (o direito de reinterpretar o Islã com base na mudança das condições), é o correspondente exato da leitura de Lutero da Bíblia. *Ijtihad* é uma noção dialética: nem a imersão espontânea nas velhas tradições, nem a necessidade de “adaptar-se às novas condições” e fazer concessões, mas a necessidade de *reinventar a própria eternidade* sob as novas condições históricas. Os wahhabis eram extremamente “puristas” e “dogmáticos”, opondo-se a todo tipo de acomodação fácil às novas tendências da modernidade

ocidental; e, ao mesmo tempo, advogavam o abandono dos velhos costumes supersticiosos e orgânicos – exatamente a fórmula da volta “protestante” às origens contra a corruptora inércia da tradição.

Outra área em que a esquerda fracassou redondamente é que, nas semanas seguintes aos ataques, ela voltou ao velho mantra do “É preciso dar uma chance à paz! A guerra não termina com a violência!” – um verdadeiro caso de precipitação histórica, uma reação a algo que nem vai ocorrer da forma esperada. Em vez da análise concreta da complexa situação que se instalou depois dos ataques, das oportunidades que ela dá à esquerda para propor sua própria interpretação dos acontecimentos, temos o cego canto ritual “Chega de guerra!”, que não leva em conta nem mesmo esse fato elementar, o reconhecimento *de facto* pelo próprio governo americano (pelo adiamento por um mês de sua ação retaliatória) de que não se trata de uma guerra igual às outras, de que o bombardeio do Afeganistão não é uma solução. Uma situação triste, em que George Bush demonstrou maior poder de reflexão do que a maior parte da esquerda! Ainda assim houve o segundo falso argumento da esquerda de que os autores dos ataques ao WTC deveriam ser perseguidos e punidos como criminosos – o que aconteceu foi um ato criminoso. Essa noção despreza completamente a dimensão do “terrorismo” atual.⁹

⁹ Quando tratamos com a esquerda atual, devemos sempre ter em mente o narcisismo da esquerda pela Causa perdida, mais bem caracterizado como a inversão do bem-conhecido cinismo de Talleyrand: quando, durante um jantar, ouviu os sons de uma batalha de rua, ele comentou para o seu vizinho de mesa: “Está vendo? O nosso lado está vencendo!”. Quando lhe foi perguntado, “Qual lado?”, ele respondeu: “Vamos saber amanhã, quando soubermos que lado venceu!”. A atitude nostálgica da esquerda é: “Veja, nosso lado está perdendo!” “Qual lado?” “Vamos saber amanhã quando soubermos qual lado perdeu!”

Com essa “esquerda”, quem precisa de direita? É natural, então, que diante de loucuras “esquerdistas” semelhantes, a facilidade com que a ideologia hegemônica se apropriou da tragédia de 11 de setembro e impôs sua mensagem básica foi ainda maior do que se poderia esperar dado o controle da direita e do centro liberal sobre os meios de comunicação de massa: acabaram-se os jogos fáceis, é preciso escolher lados – contra (o terrorismo) ou a favor. E como ninguém se declara abertamente a favor, a simples dúvida, uma atitude questionadora, é denunciada como apoio disfarçado ao terrorismo... É precisamente essa a tentação a que se deve resistir: *é exatamente nesses momentos de aparente clareza de escolha que a mistificação é total*. A escolha que nos é proposta não é a verdadeira escolha. Hoje, mais do que nunca, devemos reunir forças para tomar um distanciamento e refletir sobre o cenário da situação. Intelectuais que sucumbiram à tentação são representados pelo grupo de cinquenta que, em fevereiro de 2002, assinaram um ridículo apelo ao patriotismo americano – um caso claro de paradoxo pragmático de designação autocanceladora (os intelectuais que assinaram o apelo perderam assim sua condição de intelectuais).

Primeira complicação: seria hoje a escolha crucial a da democracia liberal *versus* fundamentalismo ou sua derivada (por exemplo, modernização *versus* resistência a ela)? O único meio de explicar a complexidade e estranhos desvios da situação global de hoje é insistir que a verdadeira escolha é entre o capitalismo e seu Outro (representado no momento por correntes marginais como o movimento antiglobalização); essa escolha é então acompanhada por fenômenos estruturalmente secundários, sendo os principais entre eles a tensão intrínseca entre o capitalismo e seu próprio excesso. Ao longo do século XX, percebe-se o mesmo padrão: para esmagar seu verdadeiro inimigo, o capitalismo começou a brincar com fogo, e mobilizou seu excesso obscuro disfarçado de fascismo; mas esse excesso

assumiu vida própria, e se tornou tão forte que o capitalismo “liberal” foi forçado a unir forças com seu verdadeiro inimigo (o comunismo) para derrotá-lo. Significativamente, a guerra entre o capitalismo e o comunismo foi uma guerra fria, ao passo que a grande guerra quente foi lutada contra o fascismo. E o caso do Talibã não seria idêntico? Depois de criar um fantasma para combater o comunismo, eles o transformaram em seu principal inimigo. Conseqüentemente, mesmo que o terrorismo nos mate a todos, a guerra americana contra o terrorismo não é a nossa luta, mas uma luta interna do universo capitalista. O primeiro dever de um intelectual progressista (se é que esse termo tem ainda hoje algum significado) não é lutar as lutas de seu inimigo por ele.

Segunda complicação: devemos “desconstruir” o próprio Afeganistão, que nunca existiu em si, sendo desde o início uma criação de forças externas. Se seguirmos as linhas “naturais” de divisão étnica, então parte do Afeganistão deveria ser incluída nas antigas repúblicas muçulmanas soviéticas (Tajiquistão e Uzbequistão) ou no Irã; outra parte, mais o nordeste do Paquistão, deveriam formar um Estado pashtun (os pashtuns estão divididos mais ou menos meio a meio entre o Afeganistão e o Paquistão). E o que dizer da estranha protuberância com a forma de um verme no nordeste, habitada pelos tadjiques? Foi separada artificialmente há cem anos como uma zona amortecedora para evitar o contato direto entre os domínios britânico e russo. Ao mesmo tempo, a área dos pashtuns foi dividida pela arbitrária Linha Durand para evitar que os pashtuns ameaçassem os interesses britânicos no Paquistão (então Índia). E seria fácil demonstrar que o mesmo se aplica ao próprio Paquistão – uma terra sem tradição própria, um exemplo do que seria uma entidade artificial.

Longe de ser um reino antigo, isolado do alcance da modernização, até recentemente intocado pela história, a *própria*

existência do Afeganistão é o resultado desse jogo de potências estrangeiras. O que mais se aproxima do Afeganistão na Europa seria a Bélgica: uma zona amortecedora entre a França e a Holanda que se originou da guerra entre protestantes e católicos (os belgas são, basicamente, holandeses que continuaram católicos). Se os afegãos são conhecidos como produtores de ópio, os belgas são conhecidos por produzirem um outro material, mais benigno, de prazeres pecaminosos (chocolate). Se os talibãs do Afeganistão aterrorizam as mulheres, os belgas são conhecidos pela pornografia e exploração infantis. Finalmente, se essa imagem dos belgas como comedores de chocolate e exploradores de crianças é um lugar-comum criado pela mídia, *também o é a imagem do Afeganistão como o país do ópio e da opressão feminina.* É como a velha anedota: “Os judeus e os ciclistas são a raiz de todos os nossos problemas!” “Por que os ciclistas?” “*Por que os judeus?*”

As “férias da história” dos EUA foram uma farsa: a paz americana foi comprada com catástrofes que aconteciam por toda parte. Nos dias de hoje, a imagem dominante é a de um olhar inocente que confronta o Mal indizível que atacou do Exterior – e mais uma vez, com relação a esse olhar, é preciso reunir forças para aplicar a ele o conhecido dito hegeliano de que o Mal reside (também) no olhar inocente que percebe o Mal em tudo. Existe assim um elemento de verdade até mesmo na visão da reprimida Maioria Moral de uma América dedicada aos prazeres irracionais, no horror conservador diante desse submundo de exploração e violência patológicas: o que eles não entendem é apenas a identidade especulativa hegeliana entre esse submundo e sua própria posição de falsa pureza – o fato de muitos pregadores fundamentalistas serem denunciados como pervertidos sexuais é mais do que um fato empírico contingente. A alegação do infame Jimmy Swaggart de que o fato de ele visitar prostitutas dava mais força à sua pregação

(pois sua luta íntima lhe mostrava contra o que ele pregava), apesar de hipócrita no plano subjetivo imediato, era ainda assim objetivamente verdadeira.

Seria possível imaginar ironia maior que o fato de se ter escolhido o nome de código “Justiça Infinita” para a operação americana contra os terroristas (alterada depois em resposta à censura de sacerdotes islamitas americanos de que apenas Deus tem a capacidade de exercer a justiça infinita)? Levado a sério, esse nome é profundamente ambíguo: ou ele significa que os EUA têm o direito de destruir implacavelmente não apenas todos os terroristas, mas também todos os que lhes deram apoio material, moral, ideológico, e outros – e, por definição, esse processo não terá fim, no exato sentido hegeliano de “mau infinito”, a obra que nunca se completa, pois sempre haverá mais uma ameaça terrorista (e, na verdade, já em abril de 2002, Dick Cheney afirmou claramente que a luta contra o terrorismo provavelmente nunca vai terminar, pelo menos durante a nossa vida) –; ou significa que a justiça exercida deve ser verdadeiramente infinita no sentido hegeliano estrito – o de que, ao se relacionar com os outros, ela tem de se relacionar consigo mesma: ou seja, que é preciso perguntar como nós, que exercemos essa justiça, estamos envolvidos com aquilo contra o que lutamos. Quando recebeu, em 22 de setembro de 2002, o prêmio Theodor Adorno, Jacques Derrida se referiu no seu discurso aos ataques: “Minha compaixão incondicional dirigida às vítimas de 11 de setembro não evita que eu afirme em alto e bom som: com relação a esse crime, não acredito que alguém seja inocente”. Esse ato de se auto-relacionar, de se auto-incluir no quadro, é a única “justiça infinita”.

Contra essa algaravia cínica sobre “justiça infinita”, sou tentado a recordar as palavras do líder talibã mulá Muhammad Omar em seu discurso ao povo americano no dia 25 de setembro de 2001: “vocês aceitam tudo o que seu governo diz,

sem se perguntar se é verdade ou mentira. ... Vocês não são capazes de pensar por si próprios? ... Seria melhor que vocês usassem sua própria inteligência e entendimento.” Apesar de essas declarações serem claramente uma manipulação cínica (o que dizer de dar aos próprios afegãos o direito de usar a própria inteligência e entendimento?), elas ainda assim, quando tomadas num sentido abstrato e fora de contexto, não soam verdadeiras?